

De Portugal para a UEMOA, com escala na Guiné-Bissau*

Análise das oportunidades e constrangimentos do investimento português na Guiné-Bissau

Miguel Filipe Silva**
Susana Costa e Silva***

p. 175-185

No momento em que as relações bilaterais com Angola estão ao rubro e se pressente já a necessidade de diversificar opções para não ficarmos excessivamente dependentes de Luanda, é conveniente antecipar outras oportunidades de negócio ao dispor dos empresários portugueses nos PALOP - especialmente para as PME que se deparam com enormes desafios à entrada desta segunda década do novo milénio, nomeadamente pela sua maior vulnerabilidade em enfrentar a crise económico-financeira que atravessamos.

Enquanto Cabo Verde descola claramente dos níveis de desenvolvimento médio do continente africano e Moçambique é considerado, juntamente com o Uganda, um disciplinado e esforçado aluno da cooperação internacional, a Guiné-Bissau, apresenta-se aparentemente como um país sem oportunidades de investimento privado, campo fértil para a intervenção das milhares de ONG que actuam no País em substituição de um estado que não consegue ainda cumprir o seu papel de fornecedor de bens públicos como a saúde e a educação. A antiga colónia portuguesa é um dos países menos desenvolvidos do mundo, encontrando-se na 164ª posição num ranking de 169 países



* Este trabalho nasceu de uma formação e consultoria em “Marketing e Comercialização de Produtos Locais” realizada pelos autores na Guiné-Bissau a várias ONG’s locais, organizada pela ONG Tiniguena. A União Económica e Monetária do Oeste Africano (UEMOA) possui 90,4 milhões de habitantes. A Guiné-Bissau é um dos seus membros.

** CEAUP/CEAUP-ONGD.

*** Professora e Directora do Departamento de Marketing da Universidade Católica Portuguesa Porto.



Guiné-Bissau

Superfície: 36 125 km²
Capital: Bissau

População: 1,4 milhões de habitantes

Presidente: Malam Bacai Sanhá

Primeiro-ministro: Carlos Gomes Jr

Moeda: FCFA (Franco da Comunidade Financeira Africana).

PIB por habitante: 235 euros

Taxa de crescimento do PIB (2009): 2,9 %

Previsão de crescimento do PIB (2010): 3,3 %

Despesas Totais em % do PIB: 36,8%

Inflação em 2009: -1,6 % a 3,8%

Produções relevantes antes: Castanha de caju e derivados; óleo de palma; pesca - peixe e crustáceos; madeiras tropicais; mancarra (amendoim); fruta tropical; mandioca e bauxite.

Exportações: 78 milhões de euros (2007)

Importações: 135,5 milhões de euros (2007)

(Fontes UEMOA, IPAD, Banco Mundial)

(de acordo com o Índice de Desenvolvimento Humano do Projecto das Nações Unidas para o Desenvolvimento, valores para 2010).

De facto, à primeira vista, a Guiné-Bissau não parece ser um país atractivo para o investimento privado português, já que apresenta um mercado pequeno e com um rendimento por habitante dos mais baixos do mundo. No entanto, a acreditar nos últimos relatórios do Banco Mundial e da UEMOA (União Económica e Monetária do Oeste Africano), o PIB está em crescimento (3,3%, no ano de 2010), a reforma do aparelho de Estado, considerado bastante ineficiente, avança, e o sector financeiro, embora muito incipiente, dá sinais de poder vir a cumprir o seu papel de facilitador do investimento privado. O Estado, por seu lado, demonstra uma forte abertura no

que diz respeito à diminuição de barreiras burocráticas e fiscais e à entrada de *players* internacionais, aligeirando assim os custos de instalação.

Para analisar o potencial da Guiné-Bissau temos, no entanto, que considerar a integração deste país numa área geográfica e económica muito mais vasta – a UEMOA – União Económica e Monetária do Oeste Africano.



População: 90,4 milhões de habitantes

PIB per capita médio: 459 euros

Taxa de Crescimento do PIB (2009): 2,75

Previsão de crescimento do PIB (2010): 3,86

Taxa de Inflação média (2009): 1,46 %

Despesas totais em % do PIB (2007): 25,5 %

(Fontes: UEMOA: Abril 2010 <http://www.uemoa.org>.

Banco Mundial: 2010 <http://www.worldbank.org>)

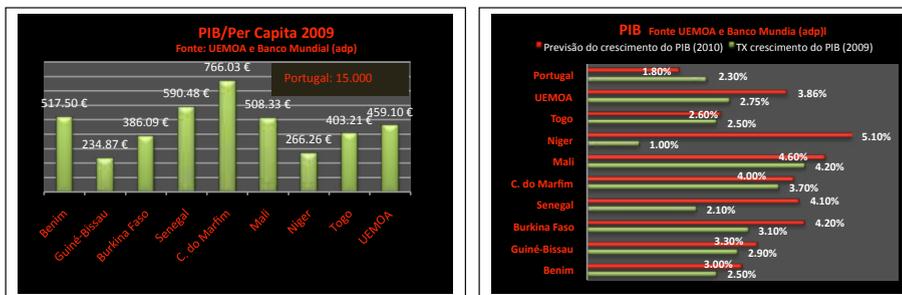
O Espaço UEMOA

A UEMOA foi criada a 10 de Janeiro de 1994, constituindo-se como um espaço de livre circulação de pessoas, bens, serviços e capitais, pese embora ainda subsistam algumas taxas para alguns produtos industriais. O Franco da Comunidade Financeira Africana - FCFA- (ex-Franco da Comunidade Francesa Africana) com um câmbio fixo em relação ao euro (1 euro = 655, 957 CFA) é a moeda única dos países membros.

São membros fundadores o Senegal, o Mali, o Burkina-Faso, a Costa do Marfim, o Benim, o Níger e o Togo. A Guiné-Bissau aderiu em 1997. Esta união económica agrega 90 milhões de consu-

midores, com um rendimento médio de 459 euros e uma taxa de crescimento do PIB prevista de 3,86% para 2010.

Este é, então, um espaço de grande dimensão geográfica e demográfica, que se constitui como um mercado com um enorme potencial de crescimento, pese embora com rendimentos *per capita* característicos de países em vias de desenvolvimento. O Banco Mundial considera todos estes países como *low income*.



Os principais parceiros económicos da UEMOA são a União Europeia, de onde se destaca claramente a França, por razões históricas, os países árabes, com destaque para Marrocos.

Todavia, e apesar de todos os esforços na criação de espaços económicos comuns, como a UEMOA, as trocas comerciais entre os países africanos são ainda e segundo o Banco Mundial, dos mais baixas do mundo. De facto, apenas 10% do total das trocas dos países africanos são intra-continenteis.

Embora sendo bastante redutor generalizar, podemos afirmar que no geral este espaço económico é rico em terra arável, possui uma extensa costa - onde abunda o peixe - bem servida de portos marítimos, como é o caso do Senegal, e de vias fluviais com um potencial interessante. Possui recursos minerais importantes como a bauxite, fosfatos e petróleo (apesar de, neste caso, ser ainda cedo para perceber se é rentável para exploração).

Uma enorme percentagem de habitantes dedica-se à **agricultura**, na maior parte dos casos ainda de subsistência, e ao **pequeno comércio**, actividade bastante atomizada. A indústria é incipiente, embora o Senegal e a Costa do Marfim se destaquem, pela positiva, do resto dos países da UEMOA.

As principais importações são de produtos alimentares, vestuário, materiais de construção, derivados do petróleo e bens de investimento. As **exportações** baseiam-se em matérias-primas, peixe e minério e alguns produtos industriais, nomeadamente do Senegal e Costa do Marfim.

O Banco Central dos Estados da África de Oeste (BCEAO), com sede no Senegal, é a única instituição autorizada a emitir



moeda (a França tem aqui um lugar no Conselho de Administração). O Banco Oeste Africano de Desenvolvimento (BOAD), com sede no Togo, tem como objectivo apoiar a criação de infra-estruturas, o melhoramento da capacidade produtiva, a criação de novas actividades geradoras de riqueza e a procura de investidores. Nalguns países membros da UEMOA, os **bancos privados** são acessíveis e funcionam medianamente. As **redes viárias** não são o melhor deste espaço económico comum, embora os meios de transporte de mercadorias sejam abundantes e diversificados.

O **controlo fronteiriço** é mais apertado do que uma livre circulação deixaria adivinhar. Esta realidade deve-se a alguns conflitos militares anteriores ou mesmo ainda latentes – como o caso entre a Guiné-Bissau e o Senegal – e aos poderes informais nos quais esta zona é pródiga. De facto, não é fácil compreender quantas, quais e qual o valor das varias taxas de circulação de mercadorias que vão sendo pedidas ao longo de um trajecto.

A **informalidade** dos mercados, dos poderes e da economia é um traço característico dos países membros da UEMOA. O **Estado**, na generalidade bastante “pesado”, não cumpre ainda cabalmente as suas funções de provedor dos bens públicos, de actor e de regulador da economia. A democracia e as instituições estão em processo de amadurecimento, o que vai criando de quando em vez alguma instabilidade política, consequência de alguma confusão entre a coisa pública e privada.

Estas são talvez as maiores aprendizagens a fazer por um investidor europeu, constituindo, juntamente com os **traços culturais do islamismo**, os factores condicionantes de uma distância psicológica a ter em conta no processo de decisão de entrada no mercado e escolha do modelo da mesma.

Todavia, os governos dos países UEMOA, pelo menos no seu discurso, estão decididos a incentivar cada vez mais o investimento e a diminuir as barreiras à entrada. Não nos devemos, no entanto, esquecer da importância das barreiras à saída, difíceis de teorizar porque muito contingentes e relacionadas com o poder negocial dos empresários e com o seu *networking* nestas nações.

Guiné-Bissau, uma porta aberta para negócios portugueses na UEMOA?

Para respondermos à questão devemos analisar algumas questões políticas, sociais e económicas – análise da envolvente externa. Começemos com as relações diplomáticas luso-guineesas.

Como sabemos é fundamental perceber se somos bem-vindos e quais as relações de proximidade inter-estados, facilitadoras do investimento privado.

As Relações diplomáticas

Com uma história de muita proximidade, apesar de este ter sido o pior palco da guerra colonial, Portugal e a Guiné-Bissau possuem relações diplomáticas muito estreitas. Portugal é, ainda, um dos principais parceiros políticos e económicos, o que coloca a nossa embaixada numa posição diplomática que não se verifica em mais nenhum país do mundo. A França é claramente a nação que disputa com Portugal este lugar de destaque. Os interesses franceses, mais do que pela Guiné-Bissau, inserem-se na sua

política diplomática de principal país colonizador do oeste africano, zona estratégica da francofonia.

Esta posição portuguesa revela obviamente o menor interesse que as grandes potências económicas têm pela Guiné-Bissau, considerado um estado periférico e com pouco para oferecer. No entanto, a China e Angola vão demonstrando um interesse crescente, procurando uma melhor posição em relação à exploração das riquezas endógenas da Guiné-Bissau, enquanto a Espanha vai também procurando aqui afirmar-se como uma nação importante no “jogo” do desenvolvimento, procurando marcar cada vez mais presença na costa ocidental africana, também como forma de “escudo” avançado de protecção contra as rotas da droga e da emigração clandestina. Por outro lado, os países islâmicos afirmam-se cada vez mais como jogadores importantes, quer pelas relações de vizinhança – Senegal e Guiné-Conacry – quer pelas boas relações que a Líbia, e mais recentemente o Irão, mantêm com a Guiné-Bissau. A obtenção de vistos e da autorização de residência a portugueses é muito facilitada e a embaixada portuguesa é bastante disponível para facilitar o acolhimento e as relações empresariais.

A Situação Política

Após o reconhecimento da independência, em 1974, depois de uma longa guerra contra Portugal, a Guiné-Bissau viveu até 1998 sem qualquer conflito militar interno ou externo. Todavia, o governo de Luís Cabral (1975-1980), que havia promovido um pequeno surto de industrialização, foi deposto pelo seu Chefe de Estado Maior das Forças Armadas (CEMFA), Nino Vieira. A presidência de Nino Vieira, durante a qual o país foi empobrecendo, “arrastou-se” até 1994 em regime de partido único – o PAIGC: Partido Africano de Independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde. Assistimos a várias lutas internas, sem nunca ter havido qualquer um conflito generalizado. Em 1994 chegou o multipartidarismo, com a vitória de Nino Vieira nas primeiras eleições presidenciais livres.

A fronteira norte com o Senegal foi sempre um problema para ambos os países. O acordo de cedência dos portugueses da região de Casamança aos franceses foi um rastilho para incendiar a vontade de auto-determinação desta zona. Este conflito, ainda não totalmente resolvido, haveria de ser o motivo aparente da guerra civil de 1998. A 7 de Junho deste ano, uma junta militar liderada pelo CEMFA, Ansumane Mané – originário de Casamança – lançou um ataque com o objectivo de derrubar Nino Vieira, acusado de governar em proveito próprio. A guerra civil durou quase um ano e é ainda uma trágica lembrança e a causa da instabilidade política que se vive. O presidente Nino Vieira, que entretanto se exilara em Portugal, regressa à Guiné-Bissau e vence as eleições de 2004.

PIB por Actividade Económica (milhões de €)		
Actividades	2008	%
Agricultura, pesca, silvícola	263,7	47,6%
Indústria de transformação	65,8	11,9%
Comércio e turismo	111,1	20,1%
Construção	5,2	1,0%
Electricidade e água	2,2	0,4%
Finanças	21,8	4,0%
Transportes e comunicações	24,3	4,4%
Administração pública e defesa	51,2	9,3%
Outros	7,9	1,4%

(Fonte: African Development Bank)

Mais recentemente, em Março de 2009, o presidente Nino e o CEMFA, Tagmé Na Waie, foram assassinados. Até hoje ninguém foi formalmente acusado, apesar das especulações apontarem vários possíveis autores.

A política guineense é um difícil rendilhado de forças e contra forças que têm bloqueado claramente o desenvolvimento do país. No entanto, Bissau é uma das capitais africanas mais calmas, com baixos índices de criminalidade e sem manifestações aparentes de *eurofobia*.

As instituições

A Guiné-Bissau é hoje uma democracia formal, com um regime semi-presidencialista, com um parlamento e um governo. As relações institucionais, apesar da presidência, do parlamento e do governo serem do PAIGC, são neste momento um pouco tensas, muito por influência do poder militar.

De facto, as forças armadas da Guiné-Bissau, com ordenados muito baixos e más condições de aquartelamento, têm-se constituído como o mais forte contra poder, marcando a vida política da Guiné-Bissau. A comunidade internacional tem apoiado com milhões de euros, embora sem sucesso, a reforma deste sector, até hoje.

O Estado de direito e a democracia efectiva têm ainda um longo caminho a percorrer. No entanto, o executivo liderado por Carlos Gomes Jr, eleito em 2008, é o executivo mais longo desde a independência, apesar de alguns sobressaltos. O Primeiro-ministro mantém relações de forte proximidade com Portugal, tendo já realizado várias visitas oficiais ao nosso país. Nestas reuniu-se com vários empresários portugueses que se mostraram disponíveis para investir na antiga colónia.

As infra-estruturas



Como na maior parte dos países da África subsariana, as infra-estruturas são uma fragilidade na Guiné-Bissau. A rede viária alcatroada, de razoável qualidade, liga apenas Bissau às principais cidades – Cacheu, Canchungo, Gabú, Bafatá e Buba. Todo o restante país ou não tem rede viária, ou a que existe é constituída por caminhos abertos pelas próprias comunidades. No tempo da chuva, entre Maio e Novembro, é praticamente impossível viajar até ao sul do país

e em Bissau só se consegue circular de todo-o-terreno, e mesmo assim com dificuldade. Não admira que a distribuição de mercadorias seja um dos grandes problemas do país. Este problema, no entanto, tem trazido bons rendimentos a quem investe em serviços de transporte terrestre.

No tempo da Guiné Portuguesa, os rios eram os principais canais de escoamento de produtos. Hoje essa importância é bastante menos evidente, embora se continuem a explorar estas vias. Também existem, mais ou menos conservadas, pistas para aviões de pequeno porte. Bissau possui ainda um porto marítimo com potencial de crescimento,

mas a necessitar de se modernizar na capacidade de proceder a operações logísticas. O aeroporto é razoável. Por agora apenas a TAP e a TACV (Cabo Verde) voam de e para a Guiné-Bissau. Aguarda-se o arranque de mais duas companhias privadas – uma com capitais portugueses e outra espanhola, cujo *core business* será o transporte de mercadorias. Estas companhias operarão as linhas Bissau-Lisboa-Madrid e S.Tomé-Bissau-Lisboa.

A ausência de uma rede pública de abastecimento regular de electricidade pode ser vista como um obstáculo, mas é, simultaneamente, uma boa oportunidade para a indústria de geradores e de painéis solares. Em Gabú, no leste do País, está a ser bem sucedida uma iniciativa privada de fornecimento de energia, com um sistema de cartões pré-pagos. O abastecimento de água é também muito problemático, embora também aqui se apresentem oportunidades de negócio para a indústria de furos e de depósitos de água.



A economia

Como quase todos os países da África subsariana, a economia guineense é muito vulnerável e dependente. O orçamento de estado é financiado em cerca de 80% pela comunidade internacional, e as receitas próprias dependem quase em exclusivo das exportações de castanha de caju não transformada, especialmente para a Índia.

O acesso à economia monetária é reduzido, especialmente no mundo rural. O desemprego atinge cerca de 21% dos habitantes de Bissau. Nas regiões fora de Bissau, a taxa é mais reduzida (cerca de 8%) apenas porque quase todos trabalham os campos comuns das comunidades, trocando directamente os produtos.

As populações dedicam-se, na sua larga maioria, cerca de 75% da população, ao sector primário. Este sector contribuiu quase 47% para o PIB, em 2008 (a actividade mineira não tem quase expressão, apesar do potencial aparente). Este sector é essencialmente doméstico e de auto-subsistência, não gerando fluxos importantes para a exportação, com excepção do caju, única actividade geradora de rendimentos para os agricultores. No entanto o potencial agrícola da Guiné é profundamente subaproveitado. A terra é fértil, sem grande utilização intensiva, rica em sais minerais e azoto e com seis meses de chuva. Porém, tem percentagens de aproveitamento muito escassas.

O arroz, base da alimentação dos guineenses, foi, no período colonial, o principal produto de exportação. O óleo de palma, as frutas e os frescos em geral são produtos com bastante procura na UEMOA, especialmente no Senegal, principal cliente da Guiné-Bissau. No entanto, os produtores não estão bem organizados, as transacções são unitariamente pequenas e atomizadas, diminuindo substancialmente o seu poder negocial. Este facto, aliado à inexistência de qualquer enquadramento empresarial e de qualquer input ao nível do marketing, não permite que a Guiné acrescente valor aos seus produtos. Este é um problema que se estende ao caju, apenas recolhido e vendido quase em bruto.

O peixe, juntamente com o arroz e o óleo de palma, constituem a base alimentar da população, sendo muito abundante. As licenças de pesca são, portanto, cada vez mais cobiçadas, nomeadamente pela China, em troca de apoio no sector da construção. A pesca ilegal é constante, delapidando este recurso económico.

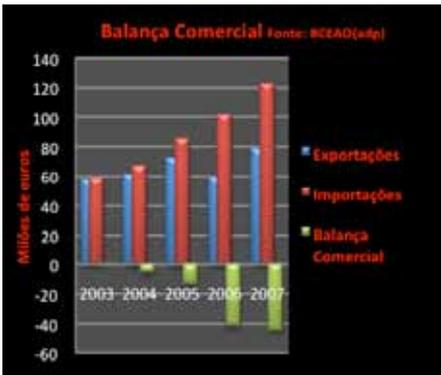
Os recursos mineralógicos estão por explorar. A Guiné tem bauxite, fosfatos e, aparentemente, petróleo. Angola, Portugal, França e Holanda posicionam-se neste xadrez, esperando o momento de adquirir concessões. Os angolanos decidiram já financiar o défice da Guiné, piscando o olho ao bauxite e prometendo um porto marítimo moderno e uma rede de caminho-de-ferro.



As indústrias são também elas muito familiares e rudimentares, se não considerarmos as poucas que se dedicam à transformação de caju. As experiências com uma fábrica de cervejas, com uma linha de montagem de automóveis (Citroen) e com alguma indústria conserveira não resultaram, especialmente por causa da enorme promiscuidade com o Estado, que as entendia como fontes directas de financiamento do orçamento.

O comércio é uma actividade muito importante mas exercida especialmente por imigrantes da UEMOA – Senegal e Guiné Conacry. Os mercados informais são claramente predominantes.

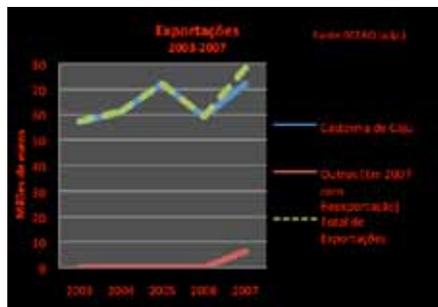
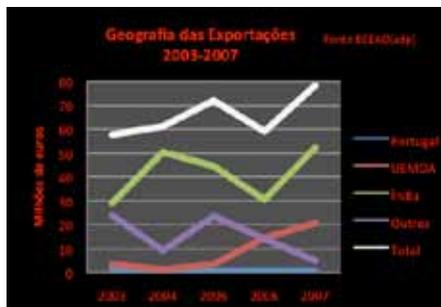
O sistema financeiro está a despontar na Guiné, estão a começar a ser concedidos empréstimos, estão a aparecer os primeiros multibancos e o sistema de controle de crédito. No entanto, este sector é ainda bastante pequeno e contribuiu apenas em 4% para o PIB. O Banco do Oeste Africano (já teve capitais do Montepio Geral) e o EcoBank são as principais instituições bancárias e de crédito comercial. Existem também algumas seguradoras.



O valor das importações, especialmente de produtos alimentares, é bastante superior ao das exportações, desequilibrando a balança comercial. Em anos de baixa do preço do caju, que vale 90% do total das exportações nos mercados internacionais, Bissau agrava profundamente a já sua debilitada economia.

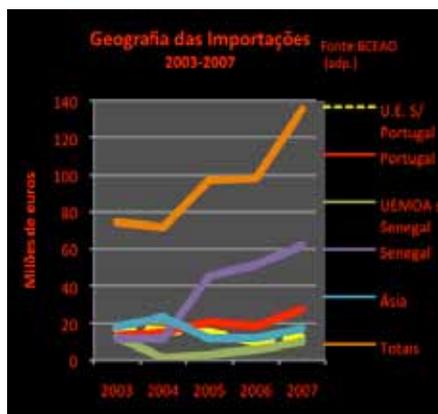
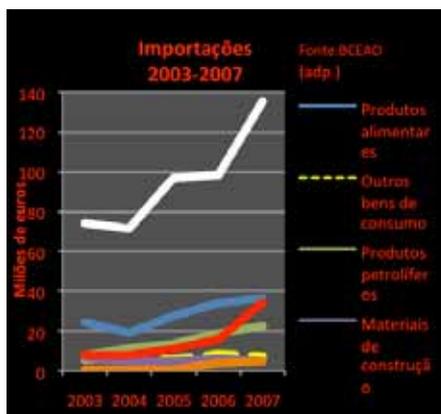
Os principais clientes são a Índia, por força do caju (62,9% do total entre 2003 e 2007) e a UEMOA com 12,9% (caju, óleo de palma, frutas, madeira), graças ao Senegal que vale 90% das exportações para essa união económica.

As importações são essencialmente de produtos alimentares, bebidas e outros bens de consumo, cerca de 47% do total das importações, entre 2003 a 2007. Interessante é a tendência que se verifica a partir de 2006, com os bens de equipamento a valerem



em 2007 quase o mesmo, cerca de 38 milhões de euros, que os produtos alimentares. A instalação de novos *players* na indústria dos produtos petrolíferos e nas telecomunicações explicam esta subida.

Os principais fornecedores da Guiné-Bissau são a UEMOA, com a maior fatia a caber ao Senegal com 38,4%, com transacções de 182,7 milhões de euros, entre 2003 e 2007. Em 2º lugar posiciona-se Portugal a valer 20% e 95 milhões no mesmo período. A União Europeia, com 1,9 % e 70 milhões, é o terceiro fornecedor mais importante.



Investimentos de “barba rija”

Investir na Guiné-Bissau é aceitar e saber conviver com uma elevada dose de risco. O Banco Mundial classifica este país na penúltima posição no seu *ranking* “Doing Business”.

No entanto, parece-nos que existem boas oportunidades de negócio e algumas condições favoráveis não negligenciáveis como a mão-de-obra barata, a relativa estabilidade política, a existência de um porto marítimo, as boas relações diplomáticas com Portugal e um sector financeiro em desenvolvimento. O actual Primeiro-ministro é gestor e conhece bem a importância do investimento externo.

Claro que estas oportunidades só fazem sentido no quadro mais alargado da UEMOA. O mercado guineense não é de facto muito atractivo se desligado da sua área geográfica. Além disso, existe ainda um outro mercado comum mais alargado que a UEMOA, a Comunidade Económica de Desenvolvimento da África do Oeste (CEDAO), que acrescenta mais países à UEMOA, como Cabo Verde, e da qual a Guiné-Bissau também faz parte.

Na agricultura o desafio empresarial é claramente reavivar a produção de arroz, já que o da Guiné-Bissau é de muito boa qualidade, juntando-lhe o marketing necessário para lhe acrescentar valor. Também o óleo de palma, produto silvícola, considerado o melhor desta região, se pode transformar num produto bastante rentável, por força da procura na UEMOA.

Os frescos são uma área interessantíssima. Na Guiné-Bissau, tal como na zona UEMOA, o abastecimento destes produtos é sazonal. Quem tiver o engenho e a arte para investir em hortas com estufas pode ganhar um preço *premium* nos meses de escassez.

A indústria de sumos tem à sua disposição, e em abundância, dois dos seus principais factores de produção: fruta e água. Aqui a concorrência internacional é feroz mas há espaço para novas entradas no jogo.

A construção civil é uma actividade que rapidamente se pode transformar num sector motor do desenvolvimento.

Investir na Guiné, numa perspectiva de reexportação de bens e serviços para a UEMOA pode ser uma boa ideia, podendo permitir o aumento da produção e das vendas. Torna-se necessário perceber se os custos de instalação e de operação são inferiores aos custos de transacção feitas directamente com esses países. A dupla tributação dos produtos e as taxas alfandegárias não devem deixar de ser consideradas. Também importante é a existência de quadros qualificados em excedente, formados no estrangeiro (Portugal, Brasil, Senegal,...), apesar dos baixos níveis gerais de educação e formação.

A abertura de empresas é formalmente bastante fácil e rápida, embora a realidade se possa revelar mais complicada.

O modelo de entrada aconselhável difere em função da dimensão da empresa. As mais pequenas deverão procurar parceiros, na Guiné-Bissau ou em outro país da UEMOA, sendo o Senegal o mais aconselhável. As outras, poderão entrar sozinhas desde que as suas relações com os órgãos do Estado sejam favoráveis, podendo, de seguida construir redes com parceiros da UEMOA.

Uma boa notícia para os investidores diz respeito à existência de um programa da UE de apoio ao investimento a favor dos países ACP (África, Caribe e Pacífico): o PRO€INVEST. O valor atribuído para o período de 2002 a 2011 foi de 110 mil milhões de euros. Está em análise a possibilidade da EU poder vir a disponibilizar brevemente 6,5 mil milhões de euros, utilizáveis nos próximos cinco anos, para apoio ao investimento privado nas zonas UEMOA e CEDEAO.

Assim, em relação à Guiné pergunta-se então: quem quer arriscar?

Fontes

Relatório da UEMOA, 2007

Tratado de constituição da UEMOA

Banco Africano para o Desenvolvimento

Banco da Comunidade Económica da África Ocidental

Banco Mundial

Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento

Instituto Nacional de Estatística da Guiné-Bissau

Web Sites

www.uemoa.com

www.worldbank.com

www.ipad.pt

www.afdb.org/en/

www.imf.org